

EU TE VEJO! CARTA PARA “MARIA CLARA” DESDE A ENTRADA NO LABIRINTO PRISIONAL

*I SEE YOU! LETTER TO “MARIA CLARA” SINCE
ENTERING THE PRISON LABYRINTH*

Marinês da Rosa¹

¹Universidade Estadual de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT, Brasil

RESUMO

O texto remete à problematização de cenas observadas desde a entrada no “labirinto” do cárcere durante a pesquisa de campo realizada para a tese doutoral em 2018. A narrativa é dirigida à “Maria Clara”, uma das “Mulheres no cárcere”, interlocutora no referido estudo. A *escuta sentida* é acionada como recurso teórico-metodológico para a reflexão sobre os episódios descritos em torno das interações que ocorrem nos espaços de setores como a gestão e segurança prisional, saúde, social e religião. O estudo possibilitou a compreensão das distintas formas de gerir o controle sobre os corpos das “Mulheres no cárcere”, fazendo valer o alcance da *privação da liberdade* que se expande para além das grades das celas/alas. Outrossim, tensiona-se as metodologias de pesquisa no cárcere, considerando-se que entre os *saberes/poderes* acionados nas interações com as pessoas que vivem seu cotidiano, também estão os *saberes/poderes* acadêmicos que precisam ser ponderados.

Palavras-chave: Etnografia; Metodologias; Mulheres no Cárcere; Saberes/Poderes.

ABSTRACT

The text refers to the problematization of scenes observed since entering the prison’s “labyrinth” during the fieldwork carried out during the production of the doctoral thesis, in 2018. The narrative is addressed to “Maria Clara”, one of the “Women in prison”, interlocutor in that study. The felt listening is activated as a theoretical-methodological resource for reflection on the episodes described around the interactions that occur in the spaces of sectors such as prison management and security, health, social and religion. The study made it possible to understand the different ways of managing control over the bodies of “Women in prison”, asserting the scope of deprivation of liberty that expands beyond the bars of the cells/wards. Furthermore, research methodologies in prison are stressed, considering that among the knowledge/powers activated in interactions with people who live their daily lives, there are also academic knowledge/powers that need to be weighted.

Keywords: Ethnography; Methodologies; Women in Prison; Knowledge/Powers.



INTRODUÇÃO

O texto diz respeito a uma das experiências etnográficas desenvolvida em um presídio de mulheres durante a pesquisa para a tese doutoral em 2018. O propósito é apresentar cenas desde a entrada na instituição prisional e problematizar alguns episódios do cotidiano no cárcere por meio da *escuta sentida*, tendo em vista as *epistemologias feministas*, como possibilidade de recurso teórico-metodológico para pesquisas com “Mulheres no cárcere”.

A escrita em forma de carta é dirigida à “Maria Clara”, uma das interlocutoras no campo que, desde o primeiro contato, provocou-me com a expressão: *Eu te vejo!* Mulher negra, mãe, entre 30 e 35 anos, há mais de quatro anos cumpria pena no cárcere. Ela escolheu a palavra “clara” para associar ao nome universal “Maria”, acordado entre as participantes da pesquisa, sendo que o complemento dessa designação destacaria outras características singulares no grupo de mulheres participantes da pesquisa. Por exemplo: “Maria das Dores”, “Maria do Mar”, “Maria Auxiliadora, entre outras.

“Maria Clara” encontrou no nome fictício um modo de encarar as dores sentidas pelo racismo. Nisso, nos termos de Sherry Ortner (2006)¹, presumo sua *agência* ao anunciar/denunciar o racismo que lhe afetava, da mesma maneira que o sofrimento decorrente de não ser escutada quando rebelava-se contra essa forma de opressão. Outrossim, considero que, em *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, Lélia Gonzalez (1994) analisa as representações sobre a mulher negra em nossa cultura, observando a recorrência de dois estereótipos que estruturam e retroalimentam o mito da democracia racial: a mulata e a mãe preta.

A categoria *escuta sentida* foi mobilizada na pesquisa de campo e também nesta escrita que pressupõe a ação dos cinco sentidos, configurando-se em um “sexto sentido” alicerçado na *subjetividade* que constitui as atrizes sociais envolvidas nas interações. O texto está estruturado na descrição de episódios observados ao adentrar e percorrer o *labirinto* do cárcere desde o contexto com agentes de segurança prisional, agentes de saúde, religiosas e algumas “Marias no cárcere” durante a primeira etapa do estudo. Os temas decorrentes são problematizados segundo alguns estudos sobre o cárcere, bem como as concepções sobre as *epistemologias feministas* que evocam abordagens outras desde a inserção em campo até o momento de expressar tais experiências de pesquisa.

As interlocutoras e interlocutores são referidos por meio de nomes fictícios, relacionados à mitologia grega, pois levo em conta os apontamentos de Maria Lugones (2014) sobre o *feminismo decolonial*. A designação “Deusas gregas” que atribuo às interlocutoras que não são as “Mulheres no cárcere” é um exercício reflexivo, na perspectiva decolonial, sobre as relações de *poderes/saberes* e suas distintas formas de ação sobre os corpos das “Mulheres no cárcere”, sem perder de vista a *agência* que

constitui as movimentações no cotidiano forjado por quem vive do lado de dentro das grades. Portanto, o estilo textual vislumbra uma alternativa de leitura palatável, considerando as lentes de *leitoras outras*, para além da academia, em que pese a *reciprocidade* com as personagens na interação em cada investida no campo de pesquisa e também a investida em fissuras da rígida *clausura epistêmica* que, por vezes, nos vemos envolvidas como pesquisadoras.

São José, SC, primavera de 2018.

Querida “Maria Clara”,

Para quem passa pela rua, onde há um muro extenso e alto, certamente, não observa o que há do lado de dentro. Quando faço a pergunta: *onde estão as “Mulheres no Cárcere?”* a resposta em distintos espaços, como a academia e fora dela, é: *Não sei. É mesmo, onde elas estão?* De modo geral, as pessoas sabem que elas existem em algum lugar. O fato é refletido em pesquisas realizadas por estudiosas(os) no espaço nacional, entre as(os) quais destaco desde o pioneiro estudo no campo das Ciências Humanas, quer seja, o *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*, da autora Julita Lemgruber (1999), bem como os achados de Vera Regina Pereira de Andrade (2012) a respeito da introdução da perspectiva de gênero na criminologia crítica, que trouxe uma tripla contribuição para o tema em tela: a) a compreensão sobre o funcionamento do sistema penal e social; b) os pressupostos que sustentam a neutralidade e tecnicismo; e c) a ancoragem das normas e os conceitos jurídicos na visão predominantemente masculina.

Para essas estudiosas, a seletividade do sistema penal, em um primeiro momento, não abrangia a desigualdade de gênero e sim a desigualdade de grupos e classes, fato que vem sendo problematizado a partir de 2002, com reflexo no fenômeno do aumento da população carcerária feminina no Brasil e no mundo, de acordo com os dados referentes ao período que situa esta pesquisa¹. A questão é: onde e como estão as mulheres que representam o aumento de 675% dessa população entre o início do segundo milênio e 2017?

Inspirada por Didier Fassin (2019) na obra *A sombra do mundo: uma antropologia da condição carcerária*, levanto essa questão para suscitar o olhar para o “Labirinto”, forma como visualizei o cárcere naquele percurso. O fato é que, “Maria Clara”, é preciso estar dentro, justamente, para problematizar os dados oficiais, atentando para a lacuna entre as informações quantitativas e qualitativas. Por isso, evito mencionar números para me referir às pessoas que estão no cárcere, pois essa é a prática de gestoras(es) que ignoram situações individuais que precisam ser compreendidas para além desses indicadores, que chamo de *lógica da contagem*.

Embora eu reconheça que, para o fomento de Políticas Públicas, é necessária a abordagem qualitativa, um dos caminhos possíveis seria o escrutínio de documentos em cada unidade prisional, de acordo com o

que aprendemos com Michel Foucault (2010) ao examinar os prontuários como fonte na obra *Vigiar e punir*. O mesmo indicam Viviane Trindade Borges e Fernando Salla (2018) sobre as possibilidades de pesquisa em instituições de confinamento. O fato é que se observam hiatos em tais registros, por exemplo, numa das situações que presenciei: o lançamento do dado relacionado à variável raça/etnia é definido a partir da foto apresentada no documento de identidade. Foi nesse cenário que adentrei o Presídio Feminino da Capital Catarinense².

A partir dessa breve contextualização com relação ao que tem impulsionado os estudos sobre o assunto e fomentado demandas por Políticas Públicas, passo a te contar minhas percepções na entrada do “Labirinto”. Eu me deparei com um jogo de quebra-cabeças, no exercício contínuo de *olhar, ouvir e escrever*, como ensina Roberto Cardoso de Oliveira. Foi com esse impulso que circulei pelo lugar que precisei e, ainda preciso, decifrar.

CASA DE REVISTA: O LUGAR DOS HOMENS NO PRESÍDIO FEMININO?

A “casa de revista” seria “o lugar dos homens no Presídio Feminino da Capital Catarinense”, guardando a entrada para a “Caixa de Pandora”³? A associação à personagem mitológica me parece oportuna na medida em que a ela é atribuída a responsabilidade pela “liberação” de todos os males no mundo.

Como eu já havia acessado o local em outros momentos, observei que, durante os últimos meses de 2017, pequenas reformas aconteceram. Os bancos foram pintados de vermelho. Tive a impressão de que a parte coberta havia aumentado um pouco. No entanto, as formas de acesso continuavam sendo, unicamente, pelos degraus. Menciono esse detalhe porque daqui a pouco relatarei as “três vidas encarceradas”, no episódio cuja cena inclui uma senhora com um carrinho de bebê, chuva, frio e a tentativa de visitar a filha, uma das “Mulheres no Cárcere”.

A “casa da revista” era “habitada”⁴ por homens que designo como “Hefesto”. Na perspectiva dos estudos de femininas, elejo essa representação grega masculina, tendo em vista as considerações de Judith Butler (2019) sobre a normalização de corpos femininos a partir de intervenções do poder soberano mediante políticas e regulamentos que reafirmam os lugares e os espaços definidos como de homens e mulheres. “Hefesto”, nessa narrativa, representa a figura masculina grega, como guardião que detém o controle do local onde estão aquelas culpadas pelas mazelas espalhadas pelo mundo.

A “casa de revista” recebia as solicitações para autorização de entrada no cárcere. Além do mais, todo acesso era controlado por esse setor. Para isso, existe o monitoramento interno e externo, por meio de câmeras e um caderno de anotações para o registro dos documentos

de identificação na entrada de cada visitante. No meu caso, como os turnos mudavam a cada 24 horas, muitas vezes, tive que explicar minha presença, repetidamente. Aos poucos, fui percebendo que, para abreviar o rito de entrada, bastava apresentar a autorização de minha entrada, que foi emitida pelo Departamento de Administração Penitenciário (DEAP). Às vezes, ouvia a expressão: *Ah, é o documento do DEAP, então está tudo bem!*

Os documentos oficiais, em instituições prisionais, expressam a hierarquia intrínseca às relações no cárcere a exemplo do “memorando”⁵ que media os requerimentos entre as “Mulheres no Cárcere” e as “Deusas Gregas”. Outro destaque é que para a admissão de familiares nos dias de visita, é necessária a apresentação da “carteirinha”, confeccionada pelo setor social a partir do Sistema Unificado de Informações Penitenciárias (SISPEN). Aliás, foi no dia que acompanhava esse processo ao lado de “Gaia” que conheci as “*três vidas encarceradas*”, conforme descrito em meu diário de campo, no dia 19 de julho de 2017.

Eis a cena. Eu saí do presídio, após o diálogo com “Gaia”, uma das agentes de segurança, sobre a construção da atividade com vocês no 13º Mundo de Mulheres e 11º Fazendo Gênero. Na entrada da “casa de revista”, chamou-me atenção uma senhora com o carinho de bebê, num dia chuvoso e frio. Discretamente, sentei no banco como se fosse ajustar o cadarço de meu calçado. “Hefesto” solicitou informações para “Gaia” diante do pedido da senhora, que apresentou uma carteira com o registro de “custódia” para ver a filha, mãe da criança. “Gaia” tentou explicar a impossibilidade de atender ao pedido porque não era dia de visitas. Deu notícias sobre a “Mulher no Cárcere” e explicou que, da próxima vez que quisesse ver a filha, ela precisava apresentar um documento do “fórum”, devido à sua condição de custodiada.

De um lado “Gaia” à porta da “casa de visita” explicando a situação, do outro, a senhora angustiada. Pareceu-me que ela teve certa dificuldade para entender que não bastava apresentar a carteira de custódia. Ela estava inconformada. O bebê choramingando. Vento, frio e chuva. Com as mãos trêmulas, a avó encerrou o assunto. Pegou o carrinho e disse: *A menininha tá doente. Preciso dar comida.* Eu me apresentei e ofereci ajuda na descida dos degraus. Fiquei pensando: como ela teria subido? Levei as bolsas com os alimentos da netinha. Como ela precisava alimentá-la, convidei-a para irmos até a padaria que ficava ao lado da delegacia, no acesso ao presídio. Assim, ela teria um local para alimentar a neta e eu poderia oferecer-lhe um café e algo para comer.

No diálogo com a avó, soube que ela tinha 48 anos e estava em regime de custódia para cuidar da neta de dois anos, com microcefalia. Ambas eram negras. A filha daquela senhora era a mãe da pequena, uma das “Mulheres no Cárcere”. Tinha 23 anos e, segundo sua mãe, passaria um bom tempo na prisão. Enquanto aguardávamos o café, com bolinhos de chuva, entre olhares curiosos das(os) clientes do estabelecimento, observei o cuidado, o carinho e a paciência com a neta no processo de alimentação

por meio de uma sonda. Como a criança estava resfriada, percebi a atenção com a tosse e a aferição da temperatura. Em poucos minutos, sobre a mesa da padaria, estava tudo o que era necessário para a sua alimentação. A agilidade da avó era impressionante na organização de uma série de potinhos que armazenavam os mantimentos para os cuidados com a neta. Fiquei refletindo sobre a falta de um lugar na instituição prisional para acomodar as(os) visitantes, desde a viabilidade de acesso. Onde estaria o pai da criança? No entanto, o que mais chamou minha atenção foram as “três vidas encarceradas” restritas ao contexto burocrático, o que me fez lembrar a metáfora de *jaula de ferro*, segundo Max Weber (2004), referida na problematização da *racionalização burocrática*.

No dia 14 de novembro de 2017, enquanto aguardava “Gaia”, iniciei um diálogo com Éolo⁶. Soube que atuava naquela profissão há 16 anos, em distintas instituições prisionais na Grande Florianópolis, onde nasceu. Homem branco, 32 anos, casado com uma das “Deusas Gregas”, com quem teve duas filhas. Esse era o perfil de pelo menos três “Deuses Gregos” que conheci na “casa de revista”. O curioso é que o pai da esposa dele também trabalhou como agente de segurança prisional, o que me parece corresponder às afirmações de Luiz Antonio Bogo Chies (2001), para quem esses profissionais também são afetados pelos efeitos da *prisonalização*. Ocorre que, a partir da escuta, entendi que, para muitas(os), as relações no/do cárcere eram estendidas para além dele, por exemplo, em reuniões sociais nos dias de folga, pois havia uma espécie de afinidade coletiva. Além do mais, a profissão lhes exige certa restrição de contatos por causa da sensação de insegurança, inclusive, sobre a vida de familiares.

Enquanto ele conversava comigo, atendia aos telefonemas e passava o café. Perguntou-me se eu tinha assistido ao documentário “Carcereiros”, e ele mesmo respondeu: *deve ter assistido porque estuda esse assunto*. Devolvi a pergunta: *gostasse do que assistisse? É assim o dia a dia de vocês?* Ele disse: *mais ou menos [fica pensando] e continuou: Não é bem assim! A parte dos depoimentos é verdadeira! Mas, aqui, não basta usar a arma. A gente tem que ter a palavra. Cumprir a palavra. Senão, perde a autoridade com os presos. É o que eu digo para as agentes daqui. Na relação com preso, a palavra tem que ser cumprida dos dois lados, para ganhar confiança.*

Eu indaguei: *é diferente essa relação entre o presídio masculino e o feminino?* Ele respondeu: *Nossa, é diferente, sim. As mulheres falam demais, choram demais, fazem barulho demais... risos*. Te referes às “Mulheres no Cárcere” ou às agentes? Ele afirmou: *Todas elas! Por que achas isso? Porque sou casado com uma delas. A gente sai daqui e tenta desligar. Elas vão pra casa, mas continuam aqui.*

As observações de “Éolo” fizeram mais sentido para mim, pois, como passei mais tempo com as “Deusas Gregas”, acompanhei o plantão de algumas e pude dialogar durante o almoço e nos deslocamentos em escolta da unidade prisional até a Unidade Básica de Saúde, por exemplo. Percebi que, quando encontrava com elas individualmente, havia mais

espontaneidade para sorrisos ou, mesmo, para expressar o desconforto com o coturno. Do contrário, em grupo, a postura era diferente. Elas pareciam sempre muito tensas. Por trás dos óculos escuros, a face parecia congelada. Escutei, entre elas, sobre o uso de medicamentos para dores de cabeça, estômago, até mesmo psicotrópicos para dormir. “Maria Clara”, eu imagino que talvez tenhas conhecido essa outra face das “Deusas Gregas” porque, como discuto em outras cartas, sei que fosses uma “regalia”, condição mais próxima a elas.

Eu te apresento outra cena na “casa de revista”. Ainda no diálogo com Êolo, escutei uma voz feminina ao fundo: *os senhores vão querer orelhinhas de gato para o café da tarde?* Foi então que descobri outro “Deus Grego” no interior daquela sala: *Não, hoje queremos bolo de chocolate!* Ele estava num compartimento ao fundo. De longe, pude reparar que tinha uma cama. Então, imaginei que, durante os plantões, houvesse o revezamento para o descanso. *Sim, senhor!* Respondeu a voz que mais adiante nomeei nessa narrativa como “Hipátia de Alexandria”, uma das “Mulheres no Cárcere” que executava as funções de “regalia”, entre as quais estava incluído o preparo de refeições para os senhores, assim como ocorria no atendimento às “Deusas Gregas”.

Quando chegou uma viatura fui convidada a entrar. Era “Gaia”. Pela primeira vez, entrei sem escolta. Os “Deuses Gregos” perguntaram se eu queria deixar alguma coisa no armário da “sala de revista” e me ofereceram uma chave. Deixei minha mochila e segui apenas com o caderno de campo e o lápis. Reparei o espelho no chão. Só de imaginar o procedimento de revista, fiquei aflita. Ao lado, uma cadeira, uma mesa pequena e um apoio que parecia um fraldário. Lembrei o episódio com a avó e a neta. Elas poderiam ter sido convidadas para aquele espaço no dia de frio até a criança se acalmar, não é?

A partir dali, havia duas possibilidades de passagem. Uma delas me levaria até o presídio, pela parte superior do lado esquerdo. Do lado direito, estava o acesso às salas da administração prisional, que eu já conhecia. Quando eu percebi, tinha seguido por uma porta inédita. Acabei retornando à sala de revista. Era um “Labirinto”. No lapso, observei monitores de segurança com câmeras direcionadas à entrada de acesso ao presídio e outros locais internos. Do lado oposto à porta de saída da “casa de revista”, avistei outra sala pequena, com a porta aberta. Tinha mesa, pia e fogão. Imaginei que ali ocorriam as refeições dos “Deuses Gregos”.

REPRESENTAÇÕES SOBRE FACÇÕES E SEXUALIDADES: “PERSÉFONE” E SUAS INQUIETAÇÕES

Depois de algum tempo, consegui sair daquele emaranhado. Avistei “Gaia” com uma “caixa branca” nas mãos. Era retangular e parecia conter medicamentos, porque as laterais eram transparentes. Ela sugeriu que eu

aguardasse seu retorno, em sua sala, no setor social, porque ela subiria até o Presídio Feminino, que ficava no lado oposto de onde estávamos. Foi aí que reencontrei “Perséfone”⁷, minha primeira interlocutora naquele local quando iniciei contato, em fevereiro daquele ano, para a organização do evento que aconteceria na UFSC, como já mencionei.

Acredito que tenhas conhecido essa “Deusa Grega”, pois ela era responsável pelo setor social e de saúde. Ela me explicou que estava em licença para tratamento de saúde, por isso “Gaia” estava assumindo essa função. Disse-me: *Preciso sair para me cuidar. As emoções aqui estão sempre à flor da pele. Tu vais entender!* Sugeriu, ainda: *Quem sabe um dia tu estudes as emoções das agentes penitenciárias também, somos muito afetadas!* Associei a narrativa dela ao comentário de “Éolos” que apresentei anteriormente, quando apontou que as situações vivenciadas no cárcere eram estendidas ao ambiente privado. Segundo os estudos de Luiz Carlos Lourenço (2013), o sofrimento psíquico é uma das características das(os) trabalhadoras(es) frente ao risco e à pressão cotidianos no cárcere.

Outro assunto que aborda a problemática vivenciada no interior das prisões, sob o ponto de vista de quem está na gestão, é a obra *A dona das chaves: uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro*, escrita pela socióloga Julita Lemgruber em parceria com Anabela Paiva (2010). A narrativa gira em torno da experiência da socióloga, como primeira mulher, ao assumir a direção-geral do Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE)⁸ do Rio de Janeiro, na década de 1990. As questões levantadas pela autora correspondem ao sofrimento que percebi em “Perséfone” naquela manhã de diálogo.

Já sabes com qual grupo de “Mulheres no Cárcere” vais dialogar? Perséfone me perguntou. Eu disse: *Ainda não.* Ela revelou que, em geral, percebeu que as visitantes se interessam por saber quem são e como vivem as mulheres faccionadas e as que estão na ala LGBT. Afirmou: *Ninguém quer saber das outras mulheres.* Perguntei: Por que achas que isso acontece? Ela disse: *Deve ser porque elas não são tão interessantes quanto as outras.* Pedi para que ela me contasse um pouco sobre os dois grupos de mulheres. *Há líderes de duas facções. Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Primeiro Grupo da Capital (PGC). São mulheres dos chefes das facções. Essas chefes acham que são, mas não são empoderadas, nem livres. Quem manda são os maridos.* Ela continuou comentando: *A “ala das faccionadas” não permite relações homoafetivas, conforme o código de ética faccional. Não aceitam ‘paizinhos e mãezinhas’. Em geral, o delito desses grupos está relacionado ao tráfico de drogas. Elas vivem entre elas sem incomodar ninguém. Nos cultos, as pastoras sempre se dirigem para esta ala.* Perséfone trouxe-me percepções sobre essas “Mulheres no Cárcere” que formam grupos distintos das outras alojadas em outros espaços. Na narrativa da interlocutora, elas supostamente seriam interessantes, aos olhos de fora, por fugirem à norma: mulheres de traficantes de um lado e lésbicas do outro.

Nesse sentido, a pesquisa de Bruna Angotti (2011) problematiza a proeminência de um modelo de comportamento nas prisões femininas ancorado no funcionamento das primeiras penitenciárias exclusivamente femininas, criadas no fim dos anos 1930 e 1940. O fato de a administração dos presídios femininos, naquele período, ser de responsabilidade de uma congregação católica explicita a orientação da religião sobre a punição e a ressocialização sob a forma de leis. A teórica destaca que, à época, a separação entre “presas” embasava-se em discussões criminológicas que visavam, no encarceramento, à produção de modos de “ser mulher”.

Natália Padovani (2010), ao investigar os discursos sobre o sexo no interior de uma penitenciária feminina paulista, constata que a construção do perfil da “mulher delinquente” passava pela análise de comportamentos sexuais considerados ilegítimos, como “amizades com grau exacerbado” ou “lesbianismo”.

“Maria Clara”, quando reflito sobre a dinâmica intitulada *jogo das identidades*, na qual, em nossos encontros durante a pesquisa de campo, cada uma de vocês devia expressar sua identidade de gênero e orientação sexual, ficava explícito o desconforto de autoidentificação como lésbica, sob pena do julgamento moral, durante os primeiros encontros do “Momento Lilás”, nome designado àquelas atividades. As noções das duas teóricas mencionadas impulsionam a reflexão a respeito das dimensões de gênero e de sexualidade na distribuição da população LGBT em diferentes celas. Embora Políticas Públicas específicas garantam a criação de celas⁹, alas ou pavilhões especiais para a chamada população LGBT, proporcionando-lhes, assim, maior segurança, numa outra perspectiva, essa *gestão da sexualidade* pode ser entendida como dispositivo de regulação.

Apesar de as pesquisadoras – que mencionarei – abordarem a prisão de homens, acredito que os achados de ambas sejam importantes para dimensionar a relação entre o modelo hierárquico e a gestão da sexualidade por parte dos gestores do crime. Nesse sentido, pesquisadoras como Camila Nunes Dias (2013) e Karine Biondi (2010) constataam a proibição do estupro entre os presos como uma das mais efetivas ações dessa organização desde a década de 1990. Essa gestão da sexualidade incide, segundo as teóricas, sobre o controle do contato entre a “massa carcerária”, vista como masculina e heterossexual, e o grupo heterogêneo de bichas, monas e travestis, vistas como femininas e/ou homossexuais.

Em outras palavras, essas transformações estão relacionadas às estruturas de poder e ao sistema de valores do PCC, definido por Camila Nunes Dias (2013) como *modelo hierárquico* construído em conformidade com a institucionalização e racionalização do poder, na associação entre atividade sexual, masculinidade e poder. Em contraponto, Natália Bouças do Lago (2014) assevera, primeiramente, que a homossexualidade entre mulheres, na prisão, revela a valorização do afeto. Segundo, que o cuidado e o carinho femininos são contrapostos à agressividade e à violência dos

homens e das relações heterossexuais previamente vividas por grande parte delas.

Por esse ângulo, assim como constatou Julia Vivanco Bercovich (2018) na organização da ala LGBT do Presídio Feminino da Capital, pode-se observar certa *agência*. Escutei de “Maria de Luta”, uma das interlocutoras no cárcere, a única que assumiu a homossexualidade entre as “Marias no Cárcere”, que: *a criação da galeria LGBT ocorreu para evitar conflitos gerados pela infidelidade, pois, às vezes, as mulheres hetero se envolviam com as homo. Quando se assume homo, é preciso seguir regras e códigos de convívio. Esse é o preço por assumir a relação homossexual. Então, eu acho que naquela ala tem mais conforto para quem tem parceira.*

Voltando à cena com “Perséfone”. Nos despedimos, porque já era hora do almoço e eu precisava retornar ao Presídio Feminino para acompanhar os cultos que se iniciariam naquela tarde. Foi ali que conheci a pastora que nomeio como “Íris”¹⁰.

ENTRE CULTOS E CONVERSÕES: AS “MARIAS NO CÁRCERE” E AS PASTORAS

Durante o culto realizado por ela, uma das “Mulheres no Cárcere”, que estava na cela “seguro”, apresentou a foto de uma criança que estava muito doente. Então, as mulheres que estavam em frente às grades deram espaço para que a mulher, jovem, negra, mãe da criança doente, se apresentasse à “Íris”. Quando eu olhei a foto, imediatamente reconheci a filha dela. Eu estava diante da terceira personagem das “três vidas encarceradas” mencionadas anteriormente. “Íris” e as “Mulheres no Cárcere” se emocionaram ao escutar a jovem mãe relatar que a filha de dois anos tinha microcefalia e estava sob os cuidados da mãe dela, que tinha dificuldades para comparecer nos dias de visita. Eu acompanhei a cena porque não podia interferir no diálogo. Minha vontade foi relatar o episódio anterior. No entanto, eu poderia criar uma situação ainda mais complicada. Foi bem difícil! “Íris” fez uma oração para ela: *... Filha, você está aqui porque Deus quer ... é uma oportunidade para o culto ... Para você rezar pela tua filha e tua mãe. Num dia de sol assim, onde você estaria? Quem sabe, sem pecado ... Tenha fé em Deus ...*

O tempo do culto se encerrou. “Íris” se despediu. No curto diálogo com ela, soube que era mãe de pastores da Igreja Assembleia de Deus. Tinha 56 anos. Durante o culto, ela mencionou a própria vida como exemplo de salvação no encontro com Deus: *eu também estive perdida e me encontrei em Jesus!*

Sentei no sofá, ali onde dissestes que costumava me ver com o caderninho nas mãos. Recordas? Do lado externo da entrada para a sala do plantão onde ficavam as “Deusas Gregas”, aguardei a chegada das pastoras da Igreja Universal do Reino de Deus. Depois de alguns instantes, observei a chegada de duas mulheres vestidas com camisetas cor-de-rosa.

Curiosamente, eu usava a camiseta rosa do *Congresso Internacional Mundo de Mulheres*. “Íris” também estava de cor-de-rosa. Eu me apresentei às duas mulheres e solicitei autorização para acompanhá-las. Elas eram mais jovens que a pastora anterior. Usavam calças, enquanto “Íris” usava saia. Os cabelos eram de tamanho médio, com aspecto de escovados, uma branca e uma negra. Usavam batom, estavam perfumadas e calçavam sapatos com salto alto. Uma delas levava a bíblia nas mãos.

A agente nos acompanhou até a ala das facções. Elas me explicaram que alternavam as pastoras durante os cultos, de modo que todas as “alas” recebessem ao menos um culto por mês. Entre as grades apareceram seis mulheres, entre elas, uma negra e cinco brancas. Estávamos na “galeria K”, que fica nos fundos do presídio, isolada das outras alas. Do lado, está o local para o cumprimento de Medida Disciplinar (MD). Como as “Mulheres no Cárcere” estão vinculadas às facções, não mantêm contato com as demais naquela instituição.

Por isso, há um pequeno espaço que lembra uma varanda, para o banho de sol delas. Segundo “Maria do Mar”, uma das interlocutoras no cárcere: *antes, a galeria era das mulheres ligadas ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Elas estão ligadas ao comando nacional, nas coisas de tráfico de drogas, na maioria são mulheres de traficantes. Como deu conflito com as mulheres do Primeiro Grupo de Catarinense (PGC), os dois grupos foram separados ... No PGC tem batismo para as mulheres e elas podem conviver com as demais em atividades como estudo e pátio. As que estão no PCC não podem ... A ordem vem de cima ...*

“Astéria” iniciou o culto com as “Mulheres no Cárcere” que se apresentaram no espaço da “varanda” da “Galeria K”: *Como estão, todas vivas?* Disse que trazia a palavra para que elas pensassem sobre o medo. Para isso, ofereceu a bíblia e pediu que lessem o versículo sobre o barco prestes a afundar. Destacou: *o medo é uma emoção. Agimos pela emoção, mas a fé é a certeza!* Explicou para as “Mulheres no Cárcere” que estavam em pé diante das grades: *a fé é fazer o que é certo! Vocês têm a palavra na bíblia. Erraram. Por isso, estão aqui! Sejam sinceras. Você está aqui porque errou. Não foi Deus que te quis aqui... Foi teu pecado que te trouxe aqui. Magoou seus pais e filhos.* Exemplificou o livre arbítrio, por meio da carteira de cigarros. *Na carteira está escrito que fumar faz mal, mas mesmo assim as pessoas fumam.* Aliás, observa-se que “Astéria” apresentou uma interpretação distinta de “Íris”, da Assembleia de Deus, a respeito da responsabilidade das “Mulheres no Cárcere” estarem ali. Fico imaginando o conflito gerado para quem escuta, como foi o meu caso.

“Climene”, a outra pastora, disse: *a mágoa é como se eu tomasse o veneno esperando que a outra pessoa morra. Então é preciso perdoar e não querer vingança.* Falaram que, na Igreja Universal, há muitas pessoas que foram presidiárias e que, atualmente, eram pastores e pastoras. “Astéria” lembrou o apocalipse descrito na “palavra”: *Vocês estão vendo nas notícias que o mar está avançando? Não vai adiantar ter dinheiro e ser infeliz ...*

Eu sei, vocês pensam: estou presa, humilhada. Deixei meus filhos. Mas você vai sair daqui. Terá uma nova chance! Precisamos ter fé. Tudo vai ficar bem! Amém! Finalizou “Astéria”.

“Maria Clara”, nos fragmentos acima há destaque para a responsabilidade dos atos cometidos que as levaram ao cárcere, entendido como o lugar da conversão. Observe que as pastoras dizem que já vivenciaram situações difíceis e encontraram nos ensinamentos da bíblia o caminho pela fé. Outra ênfase pode ser relacionada à perspectiva feminista. A culpa pesa sobre elas por não corresponderem ao comportamento esperado para mães e mulheres, já que desestruturaram suas famílias numa perspectiva heteronormativa – de acordo com as discussões anteriores, sobre a *gestão da sexualidade*, segundo Natália Padovani (2010), e na regulação do “dever ser” discutida por Bruna Angotti (2011). Em outras palavras, os cultos podem ser considerados *dispositivos de controle* dos corpos que precisam ser convertidos para o benefício do que ou de quem? Nesse sentido, as pastoras sinalizam a possibilidade de um novo caminho a ser alcançado como pastoras, por exemplo.

O terceiro aspecto que pode ser verificado nessa experiência de campo é a proeminência das religiões pentecostais e quadrangulares no contraste com a invisibilidade das alternativas afro-brasileiras, sobretudo o candomblé, conforme escutei de ti e de outras “Marias no Cárcere” durante o “Momento Lilás”. Se, por um lado, há abertura para a expressão religiosa como prevista na Lei de Execução Penal como direito¹¹, nem todas as formas de manifestação religiosa são estimuladas.

De todo modo, esses grupos religiosos constituem o cotidiano, física ou simbolicamente, uma vez que, de certa forma, contribuem para a aceitação das condições no cárcere como uma etapa que precisa ser cumprida para as “Mulheres no Cárcere” alcançarem a libertação. Nesses termos, a noção de *vigiar e punir*, cunhada por Michel Foucault (2013), se efetiva na privação dos corpos dóceis cerceados pelas grades e a vigilância da alma ou espírito na prática religiosa.

Por último, inspirada na afirmação de Rita Segato (2003) sobre a suposta *superioridade moral* que assegura a entrada das religiões nos presídios e o *monopólio dos discursos* que acionam a redenção, conforme o que percebi na *performance* das pastoras, não havia nessas práticas religiosas a intenção de escutá-las, já que a orientação é para o diálogo com Deus, que se manifesta por meio da palavra escrita na bíblia. Em contrapartida, projetos como o “Momento do Presidiário”, cujo alcance nas prisões é nacional, figura como uma alternativa para a captura de “conversões”¹² quando as pessoas no cárcere percebem que são inaudíveis.

Outrossim, o papel da igreja não é apenas converter e, sim, disseminar discursos para a manutenção do poder sobre aquelas vidas, dentro e fora do cárcere, se estendendo aos familiares. Por isso, opera no espaço do caos para transformá-lo em espaço de convívio. Não são raras as vezes em que constatei a “disposição” de instituições religiosas, como as mencionadas

aqui, além da representação católica, na pastoral carcerária, ser acionada na assistência social prisional, como no fornecimento de mantimentos e, mesmo, na promoção de ações em datas comemorativas. Práticas que são assimiladas pelas pessoas no cárcere, no entendimento de que a “Igreja” é capaz de suprir, inclusive, algumas necessidades materiais. Como percebes, “Maria Clara”, o assunto religião é inerente às abordagens e constitui os caminhos do “Labirinto”. De agora em diante, abordarei as cenas que observei na Unidade Básica de Saúde (UBS), no dia 16 de novembro de 2017.

O ATENDIMENTO À SAÚDE: LUGAR DESEJADO PELAS “MARIAS NO CÁRCERE”

Como sabes, no Presídio Feminino da Capital existia uma sala pequena para o atendimento à saúde. Nela, atuavam dois profissionais, a psicóloga e o enfermeiro, em dias e horários alternados. Nesse lugar, a “caixa branca” era armazenada. Ela continha medicações como analgésicos e outros que não requerem prescrição médica para o uso. Entretanto, é na UBS que os atendimentos médicos e odontológicos acontecem.

Um detalhe importante ao mencionar a estrutura relacionada à saúde é que o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) do complexo penitenciário mantém internados os homens encarcerados. Onde estariam as mulheres que se “encaixam” nessa situação? Essa é a questão abordada no estudo da historiadora Cintia Paludo Floriano (2018). Segundo a pesquisadora, aquelas que cometem crimes inimputáveis e semi-imputáveis, conforme disposto no artigo 26, do Código Penal¹³, sob a tutela do Estado, são encaminhadas para o Hospital Colônia Sant’Ana (HCS), atual Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (Ipq-SC), localizado no município de São José, cidade que faz parte da região metropolitana de Florianópolis.

Entre os caminhos do “Labirinto” está o enfermeiro, que designo como “Asclépio”¹⁴. Cada vez que alguém avistava esse rapaz vestido de branco, acontecia um “murmurinho” entre todas as “Mulheres no Cárcere”, inclusive entre as “Deusas Gregas”. É que todas sempre queriam falar com ele para relatar uma queixa de dor, pedir um remedinho, saber da solicitação de consulta e, na maioria das vezes, contar alguma coisa, ou cumprimentá-lo. Ele era/é um ótimo ouvinte. No início, fiquei intrigada, pois imaginei que esse serviço seria realizado por uma mulher enfermeira, tal como a psicóloga que dividia a sala com ele no Presídio Feminino da Capital. No entanto, depois de acompanhá-lo na rotina do cárcere¹⁵, compreendi que ele tinha características, até onde percebi, significativas para atendimento da população carcerária, como: sensibilidade, paciência, competência e agilidade. Ao que tudo indica, era “querido” por todas. Há, ainda, outra especificidade atribuída a esse personagem que talvez justifique o “frenesi” que despertava por ser aquele que controlava oficialmente a “caixa branca”.

Voltando à cena com “Gaia”, a agente de segurança que usa roupas comuns, assim como as profissionais que atuavam na gestão prisional. Ela dizia que essa era uma das vantagens de estar na função administrativa em setores da educação, social e da saúde. De fato, foi bem frequente ouvir o desconforto com o coturno e as roupas pretas nos dias de sol, por parte das “Deusas Gregas”. “Gaia”, tinha formação em Serviço Social pela UFSC e era concursada como Agente de Segurança Prisional.

Estávamos em frente ao setor social quando enxergamos uma “Deusa Grega” descendo do presídio na escolta¹⁶ de duas “Mulheres no Cárcere”. Elas vestiam camisetas e bermudas na cor laranja, chinelos brancos e amarelos. Estavam com as cabeças baixas, algemadas e usando tornozeleiras. Por isso entendi por que não havia mais de uma “Deusa Grega” acompanhando-as, já que o recurso das correntes nos tornozelos inibe qualquer possibilidade de reação. *Estão entregues!*, anunciou a mulher vestida de preto que se dirigiu à “Gaia”.

Eu me apresentei e perguntei se podia acompanhar suas consultas. Elas sinalizam que sim, num gesto com a cabeça. *Será que, diante das circunstâncias, elas negariam?* Fiquei pensando. Seguimos até a UBS no trajeto de, aproximadamente, cinco minutos, devido às tornozeleiras usadas pelas “Mulheres no Cárcere” que seguiam à frente. Elas receberiam atendimento odontológico. Estavam com dores.

Ao entrarmos no corredor da UBS, que lembrava uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) além dos muros, observei a circulação de profissionais de preto, branco, mesclados aos uniformes laranjas usados por homens e mulheres que seguiam escoltados para diferentes salas. “Gaia” me apresentou ao dentista. Pedi autorização para acompanhar o atendimento. O simpático profissional, jovem, com tatuagens grandes, visíveis nos braços, manifestou que não havia problemas com minha presença. Ele cumprimentou as “Mulheres no Cárcere” e chamou uma delas, pelo nome, para o primeiro atendimento. A sala permaneceu com a porta aberta. Nessas alturas, “Gaia” saiu para providenciar questões administrativas naquele local.

Eu me sentei ao lado da outra “Mulher no Cárcere”, negra, magra, cabelos longos, lisos e presos. No diálogo, soube que ela tinha 27 anos e que estava no 10º mês de cumprimento da condenação de cinco anos. Ela estava com as mãos algemadas sobre a boca e com expressão de dor. Então, eu disse que ficaria quieta por imaginar que ela estava desconfortável para o diálogo. Ela sinalizou que sim, com a cabeça. Os olhos grandes, escuros, marejados procuraram os meus. Então, expressou: *Eu sinto saudade da minha filha. Vou ficar quieta pra não doer ainda mais.* Baixou a cabeça. Ficamos em silêncio. Ao sair pelo corredor em busca de um pouco de água para ela, percebi que a sala de atendimento médico estava aberta. Esperei que a interlocutora se hidratasse, se acalmasse e desacelerasse a respiração. Expliquei que sairia para observação. Fui até “Gaia” e informei a mesma coisa.

Fui em direção ao consultório médico¹⁷. Como não escutei nenhum diálogo no interior da sala, do lado de fora, exclamei: *Olá, com licença. Posso entrar?* Com a autorização, entrei e avistei um dos clínicos gerais daquela unidade. Um jovem homem branco, com um estetoscópio e jaleco branco que identifico nessa narrativa como “Poseidon”¹⁸. Ele escrevia algo. Eu me apresentei e perguntei quando ele teria tempo para conversar comigo. Ele respondeu: *Pode ser agora, enquanto aguardo as pacientes.* Imediatamente, pedi que contasse um pouco sobre o atendimento médico¹⁹ às “Mulheres no Cárcere”.

“Poseidon” iniciou: *Ah, a maioria chega com dores generalizadas, poliqueixosas... 95% têm pressão alta (PA), dores no estômago, azia, dor de cabeça, infecções urinárias e alergias. Usam remédios controlados, psicotrópicos²⁰... Pedem medicamentos, o tempo inteiro.* Quais medicamentos? Ele continua: *desde analgésico até medicação controlada que só pode ser prescrita por psiquiatra.* Sobre esse tema, Jamila Souza Abdelaziz (2017), ao estudar o uso de medicação psicotrópica por “mulheres presas” no Distrito Federal, constata que o adoecimento psíquico é agravado pela própria situação de confinamento, que atinge a superpopulação carcerária, ausência de visitas, preocupação com os filhos e familiares, problemas econômicos e outros – fatores que indicam os regimes de precariedade dessas vidas.

“Poseidon” perguntou se eu gostaria de acompanhar os atendimentos naquela tarde. Respondi que sim, pois, conhecendo os trâmites burocráticos, provavelmente, a oportunidade que se apresentava diante de mim, se autorizada, levaria um longo tempo entre trocas e ofícios relacionados à formalização para aquela observação. Combinamos que eu observaria as consultas sem interromper, desde que fosse autorizada pelas pacientes. Avisei “Gaia”, que também permitiu a observação naquela tarde.

Sentei no apoio de degraus, em um cantinho do consultório. Tentei visualizar a situação e, por instantes, senti desconforto por ser mais uma pessoa presente no momento que deveria ser entre as pacientes e o médico. Contudo, estávamos no cárcere, onde não há esse tipo de privacidade. De súbito, entrou uma “Deusa Grega”, branca, alta, forte, óculos de grau escuros. Era “Ananke”²¹ na escolta de uma das “Mulheres no Cárcere”. Eu me apresentei e perguntei se podia acompanhar a consulta. Ela, a paciente, respondeu que sim. A porta permaneceu aberta. “Ananke” sinalizou positivo sobre minha questão e, assim, participei dos atendimentos médicos naquela tarde.

A partir de agora, “Maria Clara”, descreverei os diálogos que acompanhei durante os atendimentos médicos em meu percurso no “Labirinto”, pois essa foi uma importante experiência para a construção da *escuta sentida*.

“MARIAS NO CÁRCERE” E AS DORES EM NARRATIVAS

Início com a interlocutora “Maria Laura”, branca, 29 anos, magra, possui tatuagens nos braços e pernas, cabelos longos e desgrenhados. *Tô com alergia braba, Doutor.* “Poseidon” examina o braço dela, olha o prontuário e avalia que ela precisa retomar ao dermatologista, no Hospital Universitário. *Olha, Doutor, na cadeia somos bicho, na real. Minha última consulta foi em 5 de setembro. Eu preciso de ginecologista. Já pedi no memorando.* “Ananke” intervém: *Ginecologista é difícil mesmo!* “Asclépio” diz que solicitará os exames para os seios e o exame de controle da sífilis. “Maria Laura” pede: *Me dá um remedinho para dor, doutor? Que tipo de dor?* Ele interroga. Ela responde: *Dor de cabeça.* O médico entregou uma cartela com quatro comprimidos e informou que eram analgésicos. Encerrada a consulta, “Maria Laura” foi algemada. Ela se retirou sem emitir nenhuma palavra, olhando para o chão, com a face rubra. Os passos até a “Deusa Grega” eram firmes e faziam barulho.

Aproveitei o intervalo e perguntei sobre o controle e a distribuição das medicações no Presídio Feminino da Capital. Ele explicou que as medicações prescritas por ele são entregues ao enfermeiro que, por sua vez, faz a retirada nas centrais de saúde do Município e do Estado, que subsidiam o Completo Penitenciário. Fui até o corredor para verificar onde estavam as “Mulheres no Cárcere” que seriam atendidas. No lado oposto da entrada na UBS, havia duas pequenas celas, uma de cada lado, divididas para as “Mulheres e Homens no Cárcere”.

“Maria da Glória”: *Faz três anos que parei de menstruar. Tinha parado, doutor, e agora desceu de novo!* Ela tem 40 anos, é branca, tem cabelos longos e claros, amarrados. Falava sorrindo: *Já tô assim há 15 dias. Minha cabeça dói!* “Poseidon” comenta sobre os registros no prontuário: *A senhora tem pressão alta, gastrite e labirintite. Vou pedir exame de urina e mamografia.* Ela agradece e se despede. Após sua saída, o profissional registra: *as pacientes, em geral, são sempre as mesmas. Essa senhora que saiu, por exemplo, está aqui todo mês.* Eu perguntei: *O que isso significa?* Ele afirmou: *Que as consultas não resolvem!*

“Maria Angela” tem 25 anos, é negra, baixa, magra, cabelos em tom laranja. Entra sorrindo e é recebida com sorriso também. *O que houve hoje?* Diz o médico: *Tô com sangramento no ânus, não consigo dormir, preciso de remédio.* Ela responde. Abruptamente, ela me olha e diz: *conheço a senhora!* Eu digo: *sim, eu lembro de ti! Nos vimos em agosto²², né?* Ela tinha me chamado atenção naquela experiência de *interação*, pois estava bem agitada. Se movimentava muito, mesmo sentada durante o círculo, em uma dinâmica. “Maria Angela” destacou: *Olha, dia 10 de dezembro é meu aniversário. Vem me dar parabéns!* Eu respondi: *não dá pra esquecer teu aniversário. É no dia que se comemora a Declaração dos Direitos Humanos.*

“Poseidon” pergunta: *A que horas tens ido dormir?* Ela responde: *Tento dormir às 10 da noite, mas não consigo.* “Ananke” interrompe: *Vocês passam o dia dormindo. À noite não dormem mesmo!* Por quantas horas costuma dormir? Ela afirma: *De sete a 12 horas... eu tomo aripiprazol e já tomei longactil.* O detalhe é que ambos são usados como antipsicóticos. “Poseidon” adverte: *Não pode exagerar nos remédios porque podem ser venenos, dependendo da dose.* Novamente, “Ananke”: *Dias atrás chamamos o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) porque essa moça teve um treco!* “Maria Angela” fala, sorrindo: *Fiquei toda torta. Minha cabeça foi parar nas costas.* O relato provoca risos pela forma como ela descreve a cena. “Poseidon” pondera: *deve ter sido uma câimbra generalizada. Isso é perigoso!* Então, ele examina o local do sangramento. Recomendou observação e solicitou exames de rotina.

“Maria Angela” é uma das “Mulheres no Cárcere” que a gente não esquece e não é apenas pelo jeito extrovertido. Acontece que, juntando uma informação aqui outra ali, descobri que ela foi notícia em todo o país em 2017. Havia algo subentendido quando as “Deusas Gregas” se referiam a ela. Certa vez, ouvi mencionarem: *A amiga da Record tá doidinha hoje!* Logo associei o comentário à emissora de televisão. Noutro momento, escutei sobre a dependência de “crack”. Fiz uma busca na internet cruzando essas informações relacionadas ao Presídio Feminino da Capital e seu primeiro nome. Encontrei uma matéria sobre quando ela foi apreendida em Florianópolis. Foi então que soube o motivo da repercussão.

“Maria Angela” é a adolescente que foi estuprada e torturada quando ficou presa, por 26 dias, numa cela com cerca de 30 homens, na Região Norte do país. Como ela foi parar no Presídio Feminino da Capital Catarinense, deves estar te perguntando? É uma das perguntas que me move nos estudos sobre “Mulheres no Cárcere”: Como vieram para o Cárcere? O caso de “Maria Angela” machuca a gente por dentro quando sabemos que o Estado não a protegeu. Mas essa é outra narrativa ...

“Maria Luiza” começa a falar sem parar: *tenho que tirar as fezes com as mãos. O óleo mineral não tá adiantando! A água é pesada, com muito cloro. O “ki suco” é ruim. A comida fermentada. Tô com prisão de ventre por causa disso... não tem álcool pra limpar os bacos, têm infecções no banheiro. São oito pessoas na ala. Eu tô com a barriga inchada. Vejo no banho. Acho que estou com miomas. Tenho tremores. Eu sei que quando sair daqui vou melhorar. Vou tomar água filtrada! Eu sei essas coisas de alimentação. Eu sou atleta!* Ela tem 50 anos, negra, alta, forte, cabelos longos.

“Poseidon” foi até a outra sala buscar o aparelho para aferir a pressão arterial. Ela me olha e diz: *Eu não sou culpada, moça. Sou lutadora de MMA, não sou violenta, não uso drogas. Tenho três filhos. Meu marido não veio me visitar no último fim de semana. Não tenho notícias.* “Poseidon” constata a pressão alta. Pede auxílio do enfermeiro “Asclépio” para a medicação. Ela hesita em ingerir o remédio: *ah, doutor, eu não tomo remédio. Nunca tomei. O que é isso que tão me dando? Vou ter que tomar sempre?* Ambos

explicam que é para o controle da pressão arterial, que está alta. Ela toma o medicamento e, aos poucos, vai se acalmando. “Poseidon” afirma que pedirá exames e que ela precisa tomar bastante água e o óleo mineral da receita até os resultados dos exames.

CONSIDERAÇÕES

“Maria Clara”, a partir dessas narrativas, é possível compreender que a situação de saúde-doença no contexto das “Mulheres no Cárcere” reflete as condições estruturais da instituição prisional caracterizada pela umidade e insalubridade do ambiente das celas/alas, bem como a precariedade da alimentação. A esse respeito, Camila Reis e Luciana Zucco (2019) ponderam que, embora as Regras de Bangkok (ONU) reconheçam as dificuldades dessa população relacionadas à saúde no que tange à prevenção, assistência e educação, no Brasil, ainda não há Políticas Públicas específicas, particularmente para a saúde sexual e reprodutiva²³, o que implica, entre outras consequências, abordagens heteronormativas que desconsideram as distintas especificidades que constituem a população de “Mulheres no Cárcere”, numa *perspectiva interseccional*.

Outrossim, o consumo e a distribuição de medicações, como já problematizei anteriormente, são um dos caminhos para as “Mulheres no Cárcere”. O fato de dormirem o dia inteiro e não movimentarem os corpos repercute na saúde física e mental e foi percebido por vocês diante dos registros impressos quando não se reconhecem naqueles corpos. Porém, não é apenas o aspecto exterior que é afetado, como pode ser observado nas narrativas expostas aqui. Nessa linha, Figueiró *et al.* (2015), em um estudo sobre o consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina, confirmam que fatores como o cotidiano da prisão, a dificuldade de assistência médico-psiquiátrica e a ausência de visitas contribuem para o uso de medicação psicotrópica.

Tendo em vista as discussões propostas por Sandra Caponi, é possível considerar a *medicalização* como estratégia *biopolítica*, um dos conceitos centrais nas obras de Michel Foucault. Para a autora, as *instituições panópticas*, como os hospitais e as prisões, exercem a gestão da vida dessas populações por meio do poder sobre os corpos, sendo a medicalização uma das formas de intervenção diante dos sofrimentos psíquicos.

Metodologicamente, a *escuta sentida* como recurso teórico-metodológico me possibilitou refletir sobre episódios que tentei problematizar neste texto, buscando compreender os fenômenos “durante” o cárcere, haja vista que é comum escutar sobre a brecha que representa o cotidiano dele, percebido pelas(os) pares nas discussões em congressos e grupos temáticos.

No percurso pelo “Labirinto”, pude perceber e compreender distintas formas de gerir o controle sobre os corpos das “Mulheres no cárcere”, fazendo valer o alcance da *privação da liberdade* que se expande para

além das grades das celas/alas. Nesses termos, faz sentido a posição que assumistes como observadora que vive o cotidiano do cárcere e, de certa forma, aciona possibilidades de sobreviver em meio aos *saberes/poderes* que minhas lentes conseguiram capturar, pois eu me reconheço como, mais uma entre as “Deusas gregas”, passageira naquela instituição.

Com carinho, te agradeço pela interação e confiança.

Marinês.

REFERÊNCIAS

ABDELAZIZ, Jamila de Souza. **O uso de medicação psicotrópica por mulheres presas no Distrito Federal e as interfaces com a política nacional de atenção integral das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional.** 2017. 62p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão.** Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil.** São Paulo: IBCCRIM, 2011.

BALDESSARINI, Ross. Drugs and the treatment of psychiatric disorders: psychosis and anxiety. *In:* HARDMAN, J. G.; GILMAN, A. G.; LIMBIRD, L. E. (ed.). **Goodman Gilman's the pharmacological basis of therapeutics.** New York: McGraw Hill, 1995.

BERCOVICH, Julia Vivanco. **Narrativas de mulheres encarceradas: agência por trás dos muros.** 2018. 77p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bracharelado) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: uma etnografia do PCC.** São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BORGES, Viviane Trindade; SALLA, Fernando. A gestão da minoridade sob o Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores de São Paulo, 1930-1940: Encruzilhada de Saberes. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 326-337, 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência.** Trad. Lieber, Andreas. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CHIES, Luiz Antônio Bogo *et al.* **A prisionalização do Agente Penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena.** Pelotas: Educat, 2001.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência.** São Paulo: Saraiva, 2013.

FASSIN, Didier. **A sombra do mundo**: uma antropologia da condição carcerária. São Paulo: Unifesp, 2019.

FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque *et al.* Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina. **Revista de Psicologia e Política**, São Paulo, v. 15, n. 34, dez. 2015.

FLORIANO, Cintia Paluto. **História de mulheres**: entre a loucura e o crime (Santa Catarina, 1971-2002). 2018. 178f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2242/C_ntia_Paludo_Floriano_final_15713386161121_2242.pdf. Acesso em: 2 set. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. 5. ed. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ORTNER, Sherry B. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (org.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Goiânia: Nova Letra, 2006.

DEPEN – DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. [s.l.]: DEPEN, 2017.

LAGO, Natália Bouças do. **Mulheres na prisão**: entre famílias, batalhas e a vida normal. 2014. 108f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LEMGRUBER, Julita; PAIVA, Anabela. **A dona das chaves**: uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LOURENÇO, Luiz Claudio. GOMES, Geder Luiz (org.). **Prisões e punição no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2013.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, set.-dez., 2014.

PADOVANI, Natália Corazza. **Perpétuas Espirais**: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos na história da Penitenciária Feminina da Capital (1977-2009). 2010. 175f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

QUEIROZ, Paulo. **Direito Penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

REIS Camila, ZUCCO Luciana. Saúde sexual e saúde reprodutiva no cárcere: Uma discussão necessária para garantia de direitos das mulheres privadas de liberdade. **Revista Catarinense de História**, [s.l.], v. 3, p. 83-84, 2019.

SEGATO, Rita. La argamasa jerárquica: violencia moral, reproducción del mundo y la eficacia simbólica del derecho. In: SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/Prometeo 3010. 2003. p. 107-130.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, [1964] 2004.

Submetido em: 30/04/2022

Aprovado em: 22/07/2022

Marinês da Rosa

marinesrosa@unemat.br

Doutora em Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC). Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0971-4061>

NOTAS

- ¹ De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (INFOPEN), que é um órgão responsável pelas informações estatísticas do sistema penitenciário, criado em dois mil e quatro. Em 2014, foi lançada a primeira versão do INFOPEN MULHERES, com o objetivo de apresentar um perfil das mulheres em situação de privação de liberdade no Brasil. Segundo os dados de 2017, o aumento da população carcerária feminina é um fenômeno observado em todos os continentes, cujo auge desponta no crescimento de 53%, desde o ano de 2000 (DEPEN, 2017).
- ² O complexo penitenciário é subordinado à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina. Composto, no período de 2018, de: Presídio Masculino, Presídio Feminino, Penitenciária, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e Casa do Albergado. No Presídio feminino, estão as mulheres condenadas e as que aguardam sentença. No presídio masculino, estão os homens que aguardam sentença. Na penitenciária, aqueles já possuem sentença. A Casa do Albergado é destinada àqueles em cumprimento de pena na forma de regime aberto, e da pena de limitação de fim de semana. A Casa do Albergado

deve situar-se no meio urbano, separada dos demais estabelecimentos prisionais, caracteriza-se pela ausência de obstáculos físicos que impedem a fuga (<http://www.deap.sc.gov.br/index.php/unidades-prisionais>).

- ³ O mito de Pandora – panta dora, “que tem todos os dons”, ou pantôn dora, “que tem dom de todos os deuses” – é descrito por Hesíodo em sua *Teogonia* e em *Os trabalhos e os dias*, obras que relatam a criação da mulher pelos deuses Hefesto e Atena, sendo ela criada à semelhança das deusas imortais, cujo destino seria o de punir a raça humana (GRIMAL, 2005).
- ⁴ Uso o termo porque, em alguns momentos, que descrevo mais adiante, tive a impressão de que eles estavam muito à vontade no local, quando, por exemplo, solicitam algo para comerem, como se estivessem em casa. Essa relação com as “regalias” é problematizada na carta que escrevo para “Maria do Sol”, sobre o “piquenique de sentidos”.
- ⁵ Memorando é o documento de comunicação entre as “Mulheres no Cárcere” e as “Deusas Gregas”.
- ⁶ Designo o agente de segurança prisional no plantão daquele dia. Éolo, na mitologia grega, é o Deus do evento, que vive em uma ilha (GRIMAL, 2005).
- ⁷ Na mitologia grega, é a deusa das ervas, flores, frutos e perfumes. Ela é relacionada à colheita e às estações do ano.
- ⁸ Constituiu uma rede de 25 unidades, com cerca de 9.200 homens presos e 2.300 agentes de segurança prisional (LEMGRUBER; PAIVA, 2010).
- ⁹ A construção dessas alas ou pavilhões está prevista na Resolução Conjunta n. 1, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e do Conselho Nacional de Combate à discriminação (CNDC), de 2014, que traz alguns parâmetros mínimos para o tratamento dos presos LGBTs em todo o país.
- ¹⁰ Pastora de uma igreja pentecostal. “Íris” é uma Deusa mensageira dos outros deuses e representa aquela que “leva a palavra”. É descrita como uma virgem que se move em todos os lugares, desde o oceano até o subterrâneo.
- ¹¹ A assistência religiosa durante o encarceramento faz parte de um rol de assistências previstas pela Lei de Execução Penal brasileira no seu artigo 11 e tem por objetivo ressocializar o preso, por meio da orientação religiosa. Dada a sua relevância, essa assistência também possui regulamentação em diplomas internacionais. Dessa forma, previu o Constituinte de 1988, por meio do artigo 5º, e elevou à categoria de direito fundamental a liberdade religiosa, que se constitui em liberdade de crença, culto e organização religiosa (QUEIROZ, 2008).
- ¹² No rito nativo, significa abdicar das práticas de vida atuais como absolvição dos pecados cometidos, desde que haja a manifestação dessa vontade por meio da palavra.
- ¹³ Art. 26 do Código Penal: É isento de pena agente (**aquele ou aquela**) que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Parágrafo único. A pena pode ser reduzida de um a dois

terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (**grifo meu para não confundir com o termo agente de segurança prisional**) (QUEIROZ, 2008).

- ¹⁴ Asclépio é o Deus da Medicina, filho de Apolo e Corônís, uma princesa mortal (GRIMAL, 2005).
- ¹⁵ Durante o tempo em que acompanhei suas atividades, ouvi histórias muito tristes e outras bem divertidas sobre as situações que marcam a trajetória de mais de dez anos naquela função. Inclusive, sugeri que ele escrevesse, colocasse os episódios no papel. Um dia ele falou: *Falei com a minha esposa sobre sua sugestão de escrever. Ela perguntou se seria como o Dr. Drauzio fez. Eu disse pra ela que achava que sim. Respondi: Pode ser. Tu gostas de como ele escreve?* Ele: *Nunca li.* Então, o livro *Prisioneiras* (VARELLA, 2017), lançado naquele ano, foi meu presente de incentivo à escrita.
- ¹⁶ Escoltar significa acompanhar, assegurar e vigiar, especialmente, nos deslocamentos. É uma das atribuições das Agentes de Segurança Prisional.
- ¹⁷ O consultório possuía, além da mesa e cadeira do médico, mais uma cadeira para a paciente, que ficava apoiada na parede, próxima à porta. Possuía ar-condicionado, um pequeno balcão com gavetas, pia e torneira, uma maca e o apoio com degraus. Sobre a mesa, visualizei papéis empilhados em montes separados. Eram prontuários e receituários.
- ¹⁸ Na mitologia grega, “Poseidon” é o Deus dos mares e das tempestades (GRIMAL, 2005).
- ¹⁹ O atendimento em saúde de pessoas presas é normatizado pela Portaria Interministerial n. 1, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A PNAISP é regida por princípios que remetem a uma necessidade de ampliar o olhar da saúde, ao compreender que a pessoa é um sujeito para além do processo saúde-doença, que engloba também aspectos sociais, emocionais e culturais (BRASIL, 2014).
- ²⁰ De acordo com Ross Baldessarini (1995), psicotrópicos são substâncias que atuam no sistema nervoso central, sedando, estimulando ou alterando o humor. Podem ser didaticamente divididos em: a) ansiolíticos-sedativos; b) antidepressivos; c) estabilizantes do humor; e d) neurolépticos ou antipsicóticos.
- ²¹ Na mitologia grega, ela representa o destino.
- ²² A oficina mencionada ocorreu durante o 13º MM e 11º Fazendo Gênero, que descrevo na carta para “As onze Marias no Cárcere”, sobre o “Momento Lilás”.
- ²³ Segundo as autoras: No que concerne à saúde reprodutiva e à saúde sexual das mulheres em privação de liberdade, algumas políticas abordam a temática, todavia, centram a atenção para o ciclo gravídico-puerperal, com ações voltadas mais para as situações de emergência, do que para a assistência, promoção e prevenção de saúde destas mulheres (REIS; ZUCCO, 2019, p. 54).